



ANÁLISE DA PEÇA TEATRAL À *PROVA DE FOGO*, DE CONSUELO DE CASTRO

Nome dos autores:

Narla Liandra Pastora Vieira¹; Cássia Ferreira Miranda².

¹Aluna do Curso de Licenciatura em Educação do Campo com habilitação em Artes e Música; Campus de Tocantinópolis; e-mail: liandra.pastora@mail.uft.edu.br. PIBIC/UFT.

²Orientadora do Curso de Licenciatura em Educação do Campo com habilitação em Artes e Música; Campus de Tocantinópolis; e-mail: cassiamiranda@uft.edu.br.

RESUMO

Este trabalho analisa a peça teatral *À Prova de Fogo*, escrita em 1968, pela dramaturga Consuelo de Castro, buscando compreender as relações entre o contexto histórico da Ditadura Militar no Brasil e a obra da autora, destacando a forma como a Censura atuou no período. Para tal, é considerada a trajetória da autora no período, a narrativa construída por ela em *À Prova de Fogo* e os processos de censura relacionados a essa obra, presentes no acervo do Arquivo Nacional, em Brasília. Para a análise aqui realizada, são utilizadas como referências teórico-metodológicas a História do Tempo Presente e a História Cultural. A peça aborda uma ocupação estudantil a um prédio de uma faculdade, em enfrentamento à Ditadura Militar. A situação culmina em um trágico confronto entre os manifestantes e a Polícia. A obra foi submetida para avaliação do órgão responsável pela censura, com o intuito de ser encenada, três vezes, no entanto, sofreu diversos cortes e vetos e foi impossibilitada de chegar ao público durante todo o período ditatorial.

Palavras-chave: Teatro Brasileiro; Censura; Ditadura Militar; História do Tempo Presente.

INTRODUÇÃO

Este trabalho analisa a peça teatral intitulada *À Prova de Fogo*, de Consuelo de Castro, buscando compreender a trajetória artística da autora no período, o contexto histórico de criação de sua obra e a forma como a censura atuou na avaliação dela a fim de que fosse representada ao público. Este estudo integra o projeto de pesquisa *Caminhos dramaturgicos de Consuelo de Castro e Leilah Assumpção*, desenvolvido no Grupo de Estudos e Pesquisa em História, Educação e Artes – GEPHEA/UFT/CNPq.

Escrita em 1968, sendo a primeira obra teatral da autora, *À prova de fogo* apresenta uma ocupação do prédio de uma faculdade, realizada pelos estudantes com o intuito de exercer uma forma de resistência as repressões impostas pela Ditadura Militar no Brasil no sensível período que antecede o agravamento das medidas repressivas no País. A obra traz conflitos entre os jovens universitários, abordando divergências ideológicas, políticas, e de relacionamento, questões individuais e interpessoais que são evidenciadas e se desenvolvem ao longo da trama até o clímax, que ocorre com a entrada da polícia no prédio ocupado e o confronto entre ela e os estudantes.

O texto foi proibido de ir ao palco pela Censura e a análise dos processos de censura referentes a *À Prova de Fogo* são fundamentais para a compreensão da obra de Consuelo de Castro, sua relação com os órgãos de Censura, os motivos que levaram a peça a ser vetada e como funcionou essa parte da repressão ditatorial que perdurou entre 1964 e 1985.

Para a realização desta pesquisa, analisamos a trajetória de vida da dramaturga Consuelo de Castro, sua peça *À Prova de Fogo* e os processos de censura vinculados a essa obra, presentes no Arquivo Nacional. Para tal, é fundamental compreender o destaque que a dramaturga tem na História do Teatro brasileiro, sendo conhecida por ter desenvolvido, juntamente com outras autoras do período, uma dramaturgia de resistência, marcada por aspectos feministas, em um momento em que os estudos feministas estavam iniciando a tomar folego no País.

Além de tentar compreender como eram realizados os processos de censura e viajar pelas fronteiras da ficção e dos fatos históricos expostos na peça, queremos compreender principalmente a trajetória da dramaturga Consuelo de Castro, evidenciando como ela trazia discussões de gênero, voltadas principalmente ao universo feminino, fazendo em sua escrita uma combinação dos aspectos públicos e privados da sociedade brasileira.

MATERIAL E MÉTODOS

Para análise da dramaturgia e da censura imposta à Consuelo de Castro é utilizada uma abordagem qualitativa de pesquisa, baseada principalmente na História Cultural (CHARTIER, 2002; PESAVENTO, 2004) e na História do Tempo Presente (DOSSE, 2012).

A História Cultural se desenvolveu nas décadas de 1970 e 1980, a partir da proposta do olhar contemporâneo direcionado ao passado, através da análise das estruturas da sociedade, buscando novos temas, agentes e documentos históricos. Nesse contexto, a literatura e a dramaturgia se tornam objetos importantes para a compreensão dos diferentes períodos históricos nos quais foram escritos. O texto teatral de Consuelo de Castro é analisado aqui enquanto fonte histórica permeada por representações do período em que foi criado (CHARTIER, 2002). A partir da análise do texto, é possível apreender as preocupações e motivações da autora na criação de *À Prova de Fogo*, e o

que provavelmente era julgado importante por ela de ser visto e debatido pela sociedade nos palcos brasileiros.

Com relação ao estudo das obras escritas durante o período da Ditadura Militar no Brasil e da censura que sofreram é possível, para além do compreender aspectos voltados ao momento histórico que as originou, perceber como funcionam os mecanismos repressores do governo vigente a partir da atuação da censura nos processos de avaliação das obras.

Quanto à abordagem do Tempo Presente, ela se refere a acontecimentos sensíveis a sociedade contemporânea, fatos que mesmo localizados cronologicamente no que concebemos por passado, ainda são contemporâneos, são debatidos frequentemente e apresentam reflexos em nossa sociedade (DOSSE, 2012). Os estudos da ditadura se localizam nesse período em virtude dos constantes debates que vivenciamos enquanto sociedade e da necessidade de um melhor entendimento acerca do que foi esse período difícil da História do Brasil.

Os documentos utilizados nesta pesquisa se encontram no Arquivo Nacional, em Brasília, na parte do acervo intitulada Divisão de Censura de Diversões Públicas (DCDP), na caixa de número 75. Por muitos anos inacessíveis, os arquivos da ditadura só passaram a estar disponíveis para a pesquisa a partir da aprovação da Lei de Acesso à Informação, n. 12.527, de 18 de novembro de 2011 (BRASIL, 2011).

Entre os documentos presentes nos acervos dos processos de censura estão a solicitação da censura prévia, o texto da peça, o parecer censório de três censores, a decisão final do diretor da DCDP, o relatório de observação do ensaio geral e o certificado de censura (cópia ou original) (MIRANDA, 2019). Esses materiais permitem compreender o impacto da censura à dramaturgia de Consuelo de Castro e, em especial, à peça *À prova de fogo*.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No ano de 1964, teve início no Brasil o regime ditatorial liderado pelos militares. Na década de 1960, após o golpe militar, durante o governo do presidente Costa e Silva, é assinado o Ato Institucional nº. 5 (AI-5), decreto que agravou a repressão do regime ditatorial. O AI-5 dava plenos poderes ao presidente da república para intervir nas políticas de Estados e Municípios, autorizava o fechamento do Congresso Nacional, permitia a cassação de mandatos, a suspensão de direitos políticos e uma série de outras

medidas que tolheram as liberdades individuais e coletivas dos brasileiros (FAUSTO, 2008).

Entre os direitos que foram suspensos estava o direito à livre circulação de ideias e para tal, a censura foi fundamental como fiscalizadora das manifestações artísticas, da literatura e da imprensa. A Censura foi responsável por controlar as informações que eram divulgadas entre a população, avaliando livros, jornais, músicas, novelas, peças de teatro, entre outros meios de expressão, impedindo a propagação de ideias contrárias ao Regime vigente. Havia a disseminação da ideia de uma ascensão da “ameaça vermelha”, de que grupos comunistas estavam se formando para destruir os valores éticos e morais das instituições defendidas pelo governo - a família, a política, a religião, a moral e os bons costumes. Nesse sentido, a Censura agia de maneira estratégica em defesa dessas instituições estabelecendo um padrão de família e valores sociais que deviam ser respeitados e propagados.

Toda produção teatral que abordasse temas considerados polêmicos, que questionassem os ideais de sociedade, os aspectos políticos, religiosos e familiares, entre outros impostos pela ditadura, eram consideradas subversivas e impedidas de serem apresentadas. Para que a censura atuasse, todas as obras obrigatoriamente deveriam ser enviadas para avaliação da censura que era feita pela Divisão de Censura de Diversões Públicas, órgão ligado ao Departamento de Polícia Federal, do Ministério da Justiça (GARCIA, 2008). Nesse setor trabalhavam funcionários públicos responsáveis por analisar o material e proibir qualquer informação que ferisse a moral e os bons costumes da época ou que atacassem de qualquer forma o regime militar instaurado.

As preocupações censórias que levavam aos cortes, conforme pontua Cristina Costa (2008) poderiam ser motivadas por fatores de ordem moral, social, religioso ou política. Os cortes de cunho sociopolítico possuem traços específicos, visto que, com exceção de casos pontuais, eles não ocorriam em palavras, mas no valor ideológico que essas assumiam nos enunciados. Assim, o censor vetava de acordo com o seu entendimento do que poderia ser subversivo. Já os cortes de cunho moral eram mais fáceis de serem identificados, por se tratar de termos específicos, em sua maioria palavras consideradas de baixo calão ou com conotação sexual.

Nesse contexto repressivo, em 1968, foi escrita a peça *À Prova de Fogo*, de Consuelo de Castro. Consuelo de Castro (1946-2016) nasceu em Minas Gerais, mas viveu a maior parte de sua vida em São Paulo, onde se destacou como dramaturga.

Estudou Ciências Sociais no prédio de filosofia da USP, mas não teve condições de se formar. Durante o período que esteve na Universidade, ela participou do movimento estudantil, trazendo as pautas de discussões do movimento para sua primeira peça que chegou ao conhecimento do público, *À Prova de Fogo* (MIRANDA, 2019).

A autora integra um grupo de dramaturgas e dramaturgo que ficou conhecido como “nova geração paulista” ou “geração de 69”. Consuelo de Castro, José Vicente, Isabel Câmara e Leilah Assumpção, estrearam sua atuação naquele período e se destacam na historiografia do teatro brasileiro como representantes de um novo estilo de escrita teatral. Interessante notar que dentre os integrantes deste grupo, três são mulheres. Até então, no teatro brasileiro a presença feminina era mais restrita à função de atriz, com poucos e independentes casos de dramaturgas. No entanto, a partir da década de 1960, as mulheres iniciam uma difícil caminhada de organização, com foco em problemas específicos relacionados à discriminação a que estavam sujeitas (COLLING, 1997, p. 40).

A pesquisa em processos de censura permite, através da análise dos cortes nos textos das peças teatrais - frases ou parágrafos impedidos - e dos documentos que acompanham o processo, compreender as possíveis motivações que levavam ao veto. A carga semântica do vocábulo escolhido pelas dramaturgas e o contexto histórico em que ele estava inserido também são valiosos pontos de reflexão. Considerando que os indivíduos entendem e ordenam o mundo a partir do sistema lexical, o vocabulário escolhido para compor os textos teatrais permite apreender a forma com que um autor visualiza o contexto em que vive e de que forma o representa em suas obras. Logo, todos os mecanismos de concepção dos textos das peças devem ser atentamente analisados, visto que:

O título e o gênero da obra, a maneira como suas grandes partes são nomeadas, como se articulam, os vazios e os cheios da escrita, as marcações, a existência de indicações cênicas, o nome das personagens e o modo como os discursos se distribuem sob esses nomes, eis as primeiras revelações que a leitura em sobrevôo de uma peça permite (RYNGAERT, 1995, p. 36).

Partindo dessas primeiras revelações e adentrando para os conteúdos e estrutura maior de *À prova de fogo*, é possível perceber parte do olhar de Consuelo de Castro para os acontecimentos daquele período histórico, bem como o olhar do censor para aquelas obras, revelado por suas marcas deixadas nos processos de censura, buscando se aproximar da compreensão dos acontecimentos daquele período e de como atuou a repressão nas obras de teatro.

A peça teatral *À Prova de fogo*, de Consuelo de Castro, foi escrita em 1968, e foi premiada pela Sociedade Brasileira de Autores Teatrais (SBAT). Mesmo a premiação não impediu que meses depois sua peça fosse censurada e proibida sua montagem em todo território brasileiro pelo Polícia Federal a partir de seu órgão responsável pela censura, o Departamento de Censura e Diversões Públicas (DCDP).

A obra ambienta em um prédio de uma faculdade ocupada por um grupo de estudantes em protesto contra o governo ditatorial. Ao longo do enredo, são abordadas questões políticas partidárias do movimento estudantil, aspectos relativos à repressão instaurada pela Ditadura Militar e as relações interpessoais do grupo de ocupantes. São expostas desde a repressão sofrida pelos estudantes diante das atitudes dos policiais até as relações de gênero vivenciadas pelas personagens, denunciando as fragilidades e tensionamentos da sociedade de então.

A peça foi submetida para análise em um total de três vezes durante a Ditadura Militar. Cada vez que um grupo tinha a intenção de montar a peça para ser apresentada, ela devia ser submetida à Censura. A primeira submissão foi em 1968, pela Sociedade Cultural do Teatro Oficina de São Paulo, na qual a peça recebeu seu primeiro veto, com a alegação no parecer da Censura de conter conteúdo político e críticas ao regime do período, incentivando a luta de classes, questões que iam de contra a lei 5.536, de 1968, que “Dispõe sobre a censura de obras teatrais e cinematográficas, cria o Conselho Superior de Censura, e dá outras providências” (BRASIL, 1968).

A peça foi enviada novamente à Censura em 1979 pelo Grupo de *Teatro Máscara*, e em 1984 pelo paraense chamado *Grupo Teatro Cabano Vai ou Racha*. Em ambos os momentos ela foi vetada ou censurada, o que inviabilizou sua montagem e apresentação ao público. Os motivos elencados para tal posição da censura eram, em síntese, argumentos de ordem política e moral.

Essas três solicitações de avaliação pela censura, presentes no acervo do DCDP, no Arquivo Nacional, estão acompanhadas das cópias dos textos da peça e dos pareceres dos censores. O primeiro quadro da peça é o que mais sofre cortes da Censura, pois neste trecho são apresentados os conflitos ideológicos da época em questão, final da década de 1960, e as questões interpessoais do grupo. Quaisquer frases ou palavras avulsas que pudessem ofender, instigar ou provocar opiniões contrárias ao governo ditatorial ou que atacassem o sistema capitalista foram riscadas no texto.

Um exemplo de frases que foram cortadas é “O povo organizado derruba a ditadura”. No texto submetido para análise da Censura, a frase está destacada pelo

censor acompanhada da indicação de corte, assim como outras frases com as palavras revolução; capitalismo; agitação política; ditadura, entre outras com abordagem semelhante.

CONCLUSÃO

Ao aprofundar os estudos sobre a obra é possível observar diversos pontos de discussão, desde a repressão sofrida pelos estudantes diante do enfrentamento dos policiais até os aspectos ideológicos presentes na sociedade e, em especial, no movimento estudantil do período, denunciando as fragilidades da sociedade e tensões vivenciadas pela sociedade brasileira durante a Ditadura Militar.

Além disso, compreender como a repressão na Ditadura Militar influenciou a trajetória do Teatro Brasileiro e, em especial a trajetória das mulheres que se dedicaram ao teatro, e como ela atuou reprimindo, perseguindo e tolhendo a liberdade de expressão no período é evidenciar uma parte importante da História do Brasil e contribuir para os debates atuais em uma perspectiva de denúncia e não silenciamento.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com o apoio da Universidade Federal do Tocantins – PIBIC/UFT. Gostaria de agradecer o apoio da UFT que foi de grande valia para o desenvolvimento desta pesquisa que continuará sendo desenvolvida. Agradeço também a professora Dr. Cássia Ferreira Miranda pelas suas orientações e contribuições nesta pesquisa que também à pertence, pois sem ela nem metade de tudo que está sendo feito estaria acontecendo.

LITERATURA CITADA

BRASIL. Lei n. 12.527, de 18 de novembro de 2011. **Regula o acesso a informações. Diário Oficial da União. Brasília**, 18 nov. 2011. Seção 1. P.1. 2011a. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2011/lei-12527-18-novembro-2011-611802-publicacaooriginal-134287-pl.html>>. Acesso em: 02 ago. 2021.

BRASIL. Lei n. 5.536, de 21 de novembro de 1968. Dispõe sobre a censura de obras teatrais e cinematográficas, cria o Conselho Superior de Censura, e dá outras providências. 21 nov. 1968. **Diário Oficial da União**. Seção 1. P. 10177. 1968. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5536-21-novembro-1968-357799-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 24 set. 2021.

CHARTIER, Roger. **A história cultural. Entre práticas e representações**. Portugal, Diffel, 2002.

COLLING, Ana Maria. **A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil**. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1997.

COSTA, Maria Cristina Castilho (org.). **Censura, repressão e resistência no teatro brasileiro**. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2008.

DOSSE, François. **História do Tempo presente e historiografia. Tempo e Argumento**. v.4. Florianópolis, 2012.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

GARCIA, Miliandre. **“Ou vocês mudam, ou acabam”: teatro e censura na ditadura militar (1964-1985)**. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2008.

MIRANDA, Cássia F. **A repressão e seu impacto em dramaturgias femininas: Análise dos processos de censura de obras de Consuelo de Castro e Leilah Assumpção**. Tese (Doutorado em Teatro) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2019.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

RYNGAERT, Jean-Pierre. **Introdução à análise do teatro**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.